



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS PLANOS ASSISTENCIAIS
DA FUNDAÇÃO CELESC DE
SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
EXERCÍCIO DE 2017**



ÍNDICE

Relatório de Administração.....	03
Balanço Patrimonial.....	09
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social.....	11
Demonstração do Resultado do Exercício.....	12
Demonstração do Resultado Abrangente.....	13
Demonstração do Fluxo Caixa – Direto.....	14
Notas Explicativas.....	15



FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
Florianópolis/SC
CNPJ/MF n.º 82.956.996/0001-78
Registro ANS n.º 31.504-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Beneficiários e Patrocinadoras

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras consolidadas dos Planos de Assistência Médica e Odontológica, elaboradas em consonância com as práticas contábeis aplicáveis às Operadoras de Plano de Saúde - OPS, reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela ANS, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Destaca-se no exercício de 2017 o desempenho da Operadora de Saúde CELOS ano base 2016, que na avaliação da ANS recebeu através do Programa de Qualificação das Operadoras, no IDSS – Índice de Desempenho da Saúde Suplementar a nota 0,9548, resultado considerado como excelente em relação à pontuação máxima do indicador adotado pela ANS, que vai de 0 a 1.

a) Política de destinação de *superávits* / sobras

As ações executadas em 2017 derivam das políticas definidas em melhores práticas de gestão para a manutenção da capacidade de financiamento dos Planos, inclusive para os investimentos, permitindo à CELOS continuar a oferecer aos beneficiários dos Planos de Saúde as coberturas que bem atendam às suas necessidades e demandas, conforme definido em Regulamentos e na legislação vigente.

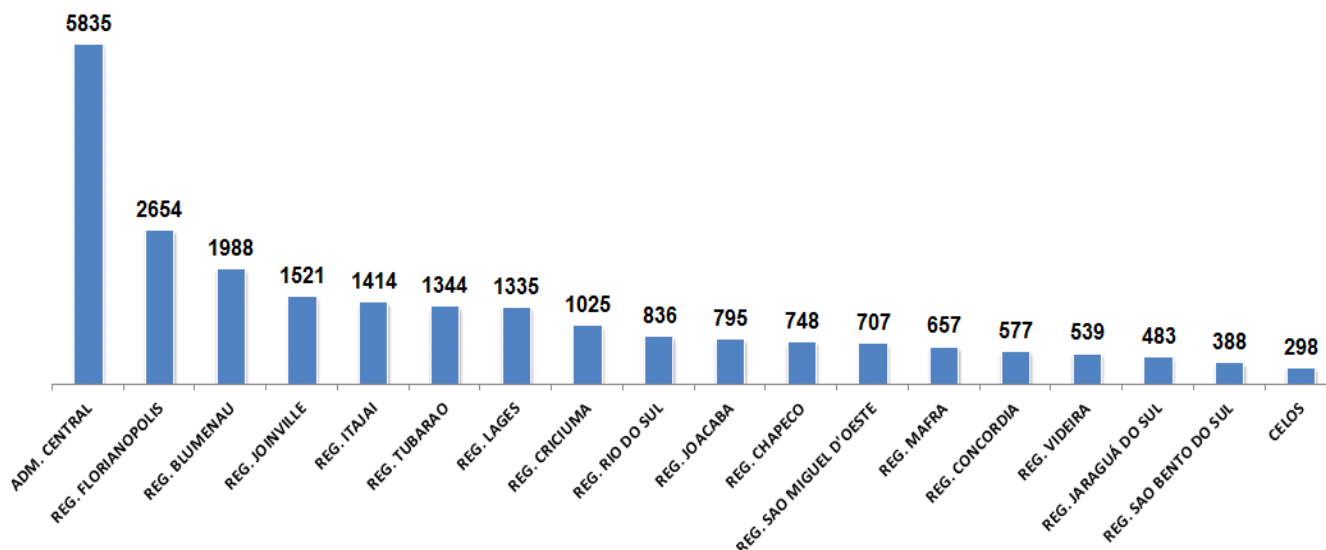
Por ser um Plano de autogestão, o *superávit* apurado no exercício é totalmente reinvestido na atividade de assistência médica e odontológica dos Planos de Saúde administrados pela CELOS, nos moldes do Estatuto Social e dos Regulamentos dos Planos de Saúde aprovados pelo Conselho Deliberativo e submetido à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no desempenho da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício

Na condição de Operadora de Plano de Saúde, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob nº 31.504- 4, na modalidade de Autogestão, a CELOS oferece três produtos, ou seja, três Planos de Saúde distintos com coberturas na segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia, e Odontológico, em contratos coletivos empresariais para um grupo fechado de beneficiários, constituído de empregados Ativos das Patrocinadoras, Assistidos, Autopatrocinaados e seus Dependentes e Agregados.

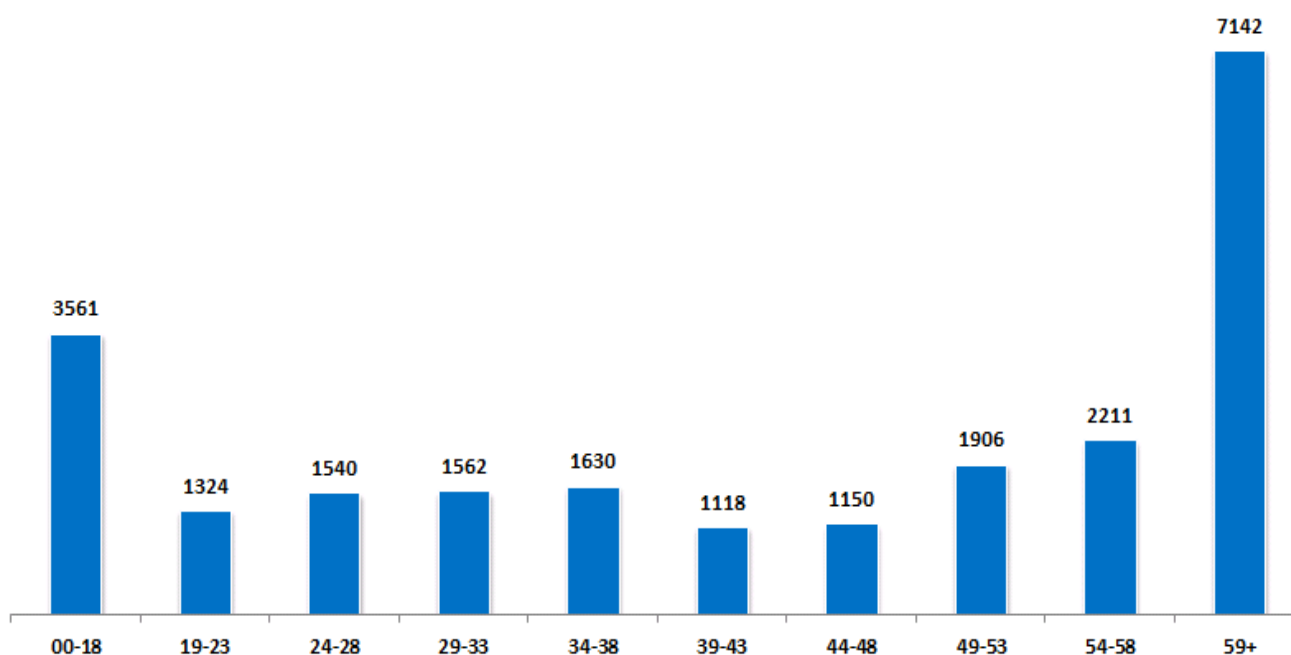
No final do exercício de 2017, a CELOS apresentou 23.144 beneficiários inscritos nos Planos Assistenciais. A CELOS atua em todo o Estado de Santa Catarina, com maior concentração de beneficiários (37%) na região da Grande Florianópolis, conforme se observa no Gráfico 01 a distribuição por unidades regionais das Patrocinadoras CELESC e CELOS. O Gráfico 02, por sua vez, representa a configuração dos beneficiários por faixa etária, demonstrando que 30,86% estão com idade igual ou acima de 59 anos:

Gráfico 01 – Distribuição dos beneficiários por unidades regionais das Patrocinadoras CELESC e CELOS



Fonte: Cadastro CELOS - 2017

Gráfico 02 – Distribuição de beneficiários por Faixa Etária



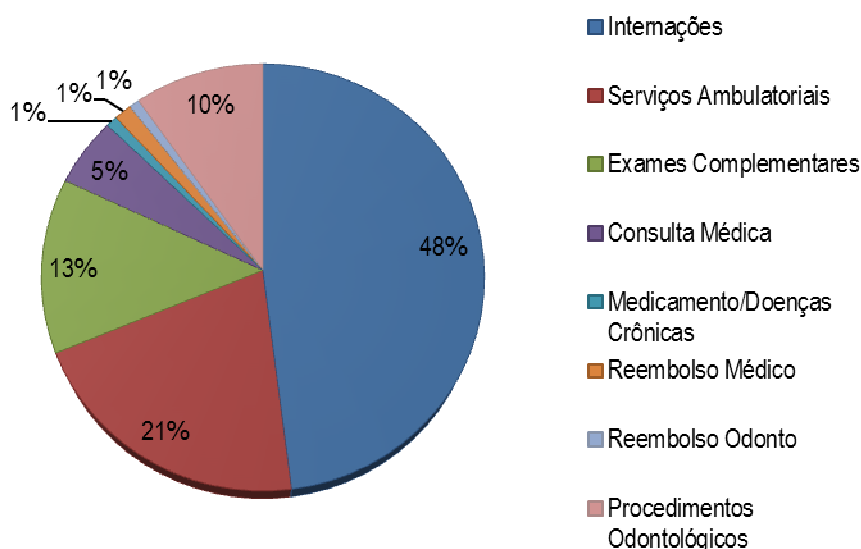
Fonte: Cadastro CELOS - 2017

A CELOS apurou no ano de 2017 o montante de receitas de contribuições dos Planos administrados pela Operadora o total de R\$107.736.582,12, destinados a fazer cobertura de custos especificamente com fins de assistência à saúde no período, representados por mais de 1.050 milhões de atendimentos, cuja despesa líquida com atendimentos de procedimentos médicos totalizou R\$98.059.168,18; e atendimento com procedimentos odontológicos R\$11.747.534,32. Destaca-se que, aproximadamente, 48% deste custo se refere a atendimentos em internações hospitalares, conforme demonstrado no Quadro a seguir:

Quadro 01 – Total de utilização e despesas de atendimentos

Coberturas	Atendimentos	Custo	Varição
Internações	3938	R\$ 53.394.048,71	48,00%
Serviços Ambulatoriais	274029	R\$ 23.063.096,63	20,73%
Exames Complementares	506711	R\$ 14.742.934,84	13,25%
Consulta Médica	131963	R\$ 5.836.727,94	5,25%
Medicamento/Doenças Crônicas	10126	R\$ 961.111,62	0,86%
Reembolso Médico	16137	R\$ 1.466.005,35	1,32%
Reembolso Odonto	10143	R\$ 879.901,46	0,79%
Procedimentos Odontológicos	141130	R\$ 10.893.089,54	9,79%
Total	1094177	R\$ 111.236.916,09	100,00%

Fonte: Base Gerencial CELOS Saúde - 2017



Este resultado ocorre principalmente em consequência da longevidade registrada na massa de beneficiários que requer mais atenção e cuidados para suas condições de saúde, a elevação nos custos das coberturas, as técnicas e tecnologias para procedimentos médicos e odontológicos, os reajustes dos materiais, medicamentos, órteses e próteses, além dos honorários dos profissionais, taxas e diárias hospitalares.

Salienta-se que as consequências na estrutura de custeio dos Planos, decorrentes do comportamento das despesas, serão contempladas e evidenciadas no estudo atuarial anual, elaborado pela Consultoria Rodarte Nogueira, especializada em estatística e atuária, que se inicia no ano subsequente ao exercício aqui demonstrado, buscando a permanente redução da sinistralidade e a melhoria da eficiência administrativa.

c) Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A expectativa para 2018 é de que o reajuste a ser definido na avaliação atuarial para o período de 2018-2019, além de outras ações pertinentes aos cuidados com a saúde e atividades de auditoria técnica e operacional, sejam suficientes para compensar a inflação do período e os custos atribuídos ao setor de Saúde Suplementar. Faz-se necessário garantir a sustentabilidade dos Planos de Saúde da CELOS, reduzir o alto índice de sinistralidade, manter a capacidade de investimentos, absorver os custos das tecnologias, taxas e honorários em saúde e, ainda, gerar a formação de fundo de reserva.

A Operadora CELOS reforça o compromisso de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial em linha com o setor da Saúde Suplementar, notadamente em modalidade de Autogestão, mantendo a capacidade de investimento e gerando formação de fundo de reserva. Para isso, serão consideradas as seguintes premissas:

- Otimizar a comunicação com a Rede de Prestadores de Serviços;
- Aperfeiçoar e controlar os processos de faturamento, auditoria e autorização prévia;
- Intensificar ações e atuações de promoção e prevenção à saúde;
- Fomentar o monitoramento da gestão de riscos;
- Acompanhar os casos crônicos com vistas à redução da internação hospitalar;
- Controlar, por meio da regulação de auditoria especializada e 2º opinião, as demandas apresentadas pelo profissional assistente, evitando a realização de procedimentos médico-hospitalares, ambulatoriais e odontológicos desnecessários;
- Criar campanhas e programas de conscientização de saúde e qualidade de vida, integradas com o plano de comunicação da CELOS;
- Revisar e atualizar os recursos tecnológicos de controles integrados (software), visando produzir uma organização de dados e informações atualizadas e confiáveis.

d) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos Programas de Promoção e Prevenção à Saúde

A CELOS tem investido na qualificação da prestação de serviço aos beneficiários, para atender às normas da ANS, em especial à Resolução Normativa nº 395/2016. Para isso, disponibilizou atendimento extra de segunda-feira a sexta-feira, das 15h59min às 07h59min, pelo telefone 0800-0484040, bem como nos finais de semana e feriados, por 24 horas; e pelo telefone 0800-0483030, das 08h às 16h. Destaca-se que os custos desta operação são totalmente absorvidos pelo Programa de Gestão Administrativa Assistencial.

Dentre as ações voltadas para a Promoção e Prevenção à Saúde no ano de 2017, destaca-se a realização do programa de vacinação contra a gripe H1N1, o tele monitoramento voltado para o gerenciamento de doenças crônicas, o programa de atenção primária à saúde e a rede referenciada para atendimento pelo médico generalista. A rede direta de atendimento vem sendo ampliada e, neste ano, já conquistou mais de 130 prestadores credenciados como consultórios, clínicas médicas, laboratórios e hospitais, além da rede odontológica já consolidada. Para 2018, tem-se como objetivo a ampliação da campanha de vacinação, a ampliação da rede de atendimento voltada para a atenção primária à saúde e ações de intensificação do cuidado, não só aos beneficiários acometidos por doenças crônicas, mas também para a prevenção, com o intuito de preservar a saúde da massa de beneficiários.

Além das ações já mencionadas, em 2017, a CELOS iniciou o mapeamento voltado para avaliação dos riscos inerentes à administração de Planos Assistenciais, cujo objetivo é estudar aspectos como o aumento real de custos na área da saúde, o perfil dos beneficiários e os impactos de novas coberturas de procedimentos médicos e odontológicos. O intuito do estudo é nortear as ações, primando a precificação e forma de reajuste adequado à continuidade da oferta das coberturas oferecidas e à subsistência da Entidade.

e) Reformulações administrativas: Descrição das mudanças administrativas e contábeis financeiras

Em decorrência das necessidades funcionais, cabe destacar que a CELOS, no ano de 2017, consolidou a segregação dos processos administrativos e contábeis financeiros das atividades Previdenciária e Assistencial, além do Programa de Gestão Administrativa.

f) Plano de Gestão Administrativa - Recursos Humanos

Em 2017 as despesas administrativas, ou seja, aquelas que a Operadora CELOS possui para gerir os Planos de Saúde com o quadro de pessoal próprio, além da contratação dos serviços especializados (consultoria atuarial, jurídica, tecnológica e auditorias), localização e funcionamento, tributos e demais despesas, aumentaram aproximadamente 32,20% em relação a 2016, justificável por demandas extraordinárias não previstas no fechamento do orçamento do ano anterior, dentre elas:

- Recuperação de contribuições previdenciárias de cooperativas de saúde junto a Receita Federal;
- Contratação de empresa especializada para tratamento de dados e transmissão a ANS;
- Atendimento às normas da ANS, relativas à divulgação de informações em veículos de maior expressão na área de abrangência da Operadora CELOS;
- Ampliação da Rede Direta;
- Atualização da tecnologia empregada para gestão dos Planos Assistenciais;
- Capacitação e treinamento;
- Certificação ISO 9001.

Quadro 02 – Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	2017	2016	Variação
Pessoal Próprio	R\$ 3.219.164,67	R\$ 2.871.800,65	12,10%
Serviços de Terceiros	R\$ 2.665.429,87	R\$ 1.166.208,18	128,56%
Localização e Funcionamento	R\$ 380.120,21	R\$ 401.239,18	-5,26%
Tributos	R\$ 488.621,52	R\$ 414.583,35	17,86%
Diversas	R\$ 264.297,81	R\$ 454.330,78	-41,83%
Total	R\$ 7.017.634,08	R\$ 5.308.162,14	32,20%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Como resultado, o quadro de empregados dedicados à execução das atividades vinculadas aos Planos de Saúde da CELOS ficou assim constituído:

Quadro 03 – Empregados DVGS

Divisão de Gestão Assistencial	2017	2016	Grau de Instrução
Assistente Administrativo	10	9	Superior Incompleto e Completo/Pós graduação
Analista Junior	2	2	Superior Completo/Pós graduação
Analista Executivo	1	1	Superior Completo/Pós graduação/Especialização na área
Total de Colaboradores	13	12	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Quadro 04 – Auditoria Técnica em Saúde dos Planos de Saúde da CELOS

Auditoria em Saúde	2017	2016
Médico Auditor	1	1
Enfermeiro Auditor	1	1
Dentista Auditor	2	3
Total	4	5

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017



Governança corporativa

A Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS tem como política permanente a busca das melhores práticas de governança corporativa, nos moldes recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Superintendência da Previdência Complementar - PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Agradecimentos

A Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS agradece o empenho de seus empregados e dos membros dos Órgãos Estatutários; o apoio de seus Beneficiários e das Patrocinadoras, além dos profissionais e instituições integrantes da rede de prestadores de serviço em saúde; de fornecedores e prestadores de serviços técnicos e de todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a consecução dos objetivos no exercício de 2017.



FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

ATIVO

	Notas Explicativas	2017	2016	Varição
ATIVO CIRCULANTE		90.253.809,13	81.954.088,86	10,13%
Disponível	4.1	209.892,71	593.722,89	-64,65%
Realizável		90.043.916,42	81.360.365,97	10,67%
Aplicações Financeiras	4.2	79.237.337,19	71.539.789,14	10,76%
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	4.2 a	14.138.187,62	12.036.340,27	17,46%
Aplicações Livres	4.2 b	65.099.149,57	59.503.448,87	9,40%
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.3	10.730.068,51	9.786.453,25	9,64%
Contraprestação Pecuniária a Receber	4.3 a	7.458.208,36	6.850.873,04	8,87%
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		3.271.860,15	2.935.580,21	11,46%
Participação dos Benef. em Eventos Indenizados	4.3 b	1.771.050,95	1.575.602,08	12,40%
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.3 c	1.500.809,20	1.359.978,13	10,36%
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Oper	4.4	55.376,94	1.273,27	4249,19%
Créditos Tributários e Previdenciários	4.5	5.947,93	-	
Bens e Títulos a Receber	4.6	15.185,85	32.850,31	-53,77%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.589.786,98	1.185.964,55	118,37%
Realizável a Longo Prazo		2.567.763,67	1.160.248,44	121,31%
Depósitos Judiciais e Fiscais	4.7	2.567.763,67	1.160.248,44	121,31%
Imobilizado	4.8	22.023,31	25.716,11	-14,36%
Imobilizado de Uso Próprio		22.023,31	25.716,11	-14,36%
Não Hospitalares / Não Odontológicos		22.023,31	25.716,11	-14,36%
TOTAL DO ATIVO		92.843.596,11	83.140.053,41	11,67%

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29



FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

PASSIVO

	Notas Explicativas	2017	2016	Varição
PASSIVO CIRCULANTE		13.784.004,67	11.685.677,97	17,96%
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	5.1	12.403.673,04	10.102.873,99	22,77%
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		429.978,12	21.038,57	1943,76%
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		993.046,11	702.883,48	41,28%
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		10.980.648,81	9.378.951,94	17,08%
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	5.2	274.529,59	123.918,57	121,54%
Contraprestações a Restituir	5.2 a	274.529,59	123.918,57	121,54%
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	5.3	771.084,48	714.766,32	7,88%
Débitos Diversos	5.4	334.717,56	744.119,09	-55,02%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.038.737,24	1.160.248,44	248,09%
Provisões	5.5	4.038.737,24	1.160.248,44	248,09%
Provisões para Ações Judiciais		4.038.737,24	1.160.248,44	248,09%
PATRIMÔNIO SOCIAL		75.020.854,20	70.294.127,00	6,72%
Patrimônio Social	6	75.020.854,20	70.294.127,00	6,72%
TOTAL DO PASSIVO		92.843.596,11	83.140.053,41	11,67%

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29



FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Superávits Acumulados</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>64.317.704,81</u>
Superávit / Déficit do exercício		5.976.422,19
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6	<u>70.294.127,00</u>
Superávit / Déficit do exercício		4.726.727,20
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>75.020.854,20</u>

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em Reais)

	Notas Explicativas	2017	2016	Varição
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		107.642.842,80	99.478.825,50	8,21%
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		107.736.582,12	99.788.532,24	7,96%
Contraprestações Líquidas	7.1 a	107.736.582,12	99.788.532,24	7,96%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	7.2	(93.739,32)	(309.706,74)	-69,73%
Eventos Indenizáveis Líquidos		(111.408.399,37)	(95.558.900,34)	16,59%
Eventos Conhecidos ou Avisados	8.1 a	(109.806.702,50)	(93.789.519,36)	17,08%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	8.1 b	(1.601.696,87)	(1.769.380,98)	-9,48%
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(3.765.556,57)	3.919.925,16	-196,06%
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	7.3	(490.935,53)	569.932,21	-186,14%
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	7.4	564.400,68	76.711,81	635,74%
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		563.426,16	73.262,82	669,05%
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		818,60	2.048,99	-60,05%
Outras Receitas Operacionais		155,92	1.400,00	-88,86%
(-) Tributos Diretos de Outras Operações de Assistência à Saúde	7.5	(3.524,29)	(5.221,71)	-32,51%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	8.2a	2.987.529,28	(2.477.467,42)	-220,59%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(2.270.459,91)	(591.499,50)	283,85%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(1.782.165,75)	(1.454.254,86)	22,55%
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		7.453.921,50	-	-
Provisão para Perdas sobre Créditos		(413.766,56)	(431.713,06)	-4,16%
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	8.2b	(377.692,11)	(341.340,20)	10,65%
RESULTADO BRUTO		(1.085.778,54)	1.742.539,85	-162,31%
Despesas Administrativas	8.4	(7.017.634,08)	(5.308.162,14)	32,20%
Resultado Financeiro Líquido		12.830.139,82	9.542.154,35	34,46%
Receitas Financeiras	7.6	12.918.796,13	9.577.155,33	34,89%
Despesas Financeiras	8.3	(88.656,31)	(35.000,98)	153,30%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		4.726.727,20	5.976.532,06	-20,91%
RESULTADO LÍQUIDO		4.726.727,20	5.976.532,06	-20,91%

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29



FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido do exercício	4.726.727,20	5.976.532,06
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>4.726.727,20</u>	<u>5.976.532,06</u>

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

	Notas Explicativas	2017	2016	Variação
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
(+)	Recebimento de Planos de Saúde	106.695.703,25	98.226.377,87	8,62%
(+)	Resgate de Aplicações Financeiras	135.458.020,89	211.114.553,35	-35,84%
(+)	Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	12.830.139,82	9.542.154,35	34,46%
(+)	Outros Recebimentos Operacionais	7.490.947,44	646.644,02	1058,43%
(-)	Pagamento a Fomecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(106.456.192,61)	(92.414.438,81)	15,19%
(-)	Pagamento de Pessoal	(3.217.149,76)	(2.857.960,09)	12,57%
(-)	Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.080.414,31)	(1.126.710,53)	173,40%
(-)	Pagamento de Tributos	(438.251,29)	(316.219,52)	38,59%
(-)	Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.407.515,23)	(1.049.984,89)	34,05%
(-)	Pagamento de Aluguel	(36.000,00)	(36.000,00)	0,00%
(-)	Aplicações Financeiras	(143.155.568,94)	(217.688.749,78)	-34,24%
(-)	Outros Pagamentos Operacionais	(5.064.636,42)	(3.633.570,23)	39,38%
	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(380.917,16)	406.095,74	-193,80%
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(+)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(2.913,02)	(4.639,85)	-37,22%
	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.913,02)	(4.639,85)	-37,22%
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA				
		(383.830,18)	401.455,89	-195,61%
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA				
		(383.880,18)	401.455,89	-195,62%
	CAIXA - Saldo Inicial	593.772,89	192.267,00	208,83%
	CAIXA - Saldo Final	209.892,71	593.722,89	-64,65%
	Ativos Livres no Início do Período *	60.097.171,76	57.370.903,48	4,75%
	Ativos Livres no Final do Período *	65.309.042,28	60.097.171,76	8,67%
	Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	5.211.870,52	2.726.268,28	91,17%

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sob o n.º 31.504-4, como Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde, na modalidade de autogestão. Nesta condição, a CELOS tem como atividades preponderantes a oferta de produtos a seus beneficiários com coberturas na segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia + Odontológico. Oferta, atualmente, três produtos, os quais se encontram devidamente registrados no Sistema de Informações de Produtos junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

- Plano CELOS Saúde 471.327/14-3
- Plano CELOS Saúde Agregados 463.637/10-6
- Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico 474.059/15-9

A escrituração contábil está centralizada em sua sede e revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras “carve-out” representam os Planos Assistenciais da CELOS, e foram preparadas com base nos registros contábeis da Fundação, os quais são operados e controlados por meio de centros de custos pela área contábil da Entidade.

Essas demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão ANS, instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio da Resolução Normativa ANS n.º 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, consoantes às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A ANS aprovou os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, exceto o CPC 11 - Contratos de Seguros que será objeto de regulamentação específica.

Os Planos Assistenciais da CELOS, para fins societários, são parte integrante e estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade na rubrica Gestão Assistencial, apresentadas separadamente pela Entidade, as quais são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27 de fevereiro de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

O resumo das principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras está descrito a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve alteração relevante nas práticas adotadas para o exercício de 2017.

a) Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Entidade opera.

b) Apuração do Superávit/Déficit

O resultado é apurado em observância ao Princípio de Competência, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares e odontológicos são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco. As receitas são originadas, principalmente, das contribuições mensais dos beneficiários e Patrocinadores, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviços médico-hospitalares e odontológicos pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços e/ou de seu faturamento.

c) Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

e) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de seus rendimentos e ajustadas ao resultado pelo seu valor justo.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

g) Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

h) Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pelas Resoluções Normativas ANS n.º 209, de 22 de dezembro de 2009 e n.º 393, de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA é uma provisão estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já ocorreram e que não foram registrados contabilmente pela operadora. Assim, para fins desta provisão, o conhecimento do evento passa a ser caracterizado a partir do momento que a operadora o registra contabilmente.

A Provisão para Eventos a Liquidar – PEL tem por objetivo garantir o pagamento das despesas, referentes aos eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, sendo uma obrigação puramente contábil.

i) Provisões para Ações Judiciais

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações prováveis de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas do valor da obrigação.

j) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC

É estabelecida para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS n.º 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

k) Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data de balanço.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

De acordo com a Lei nº 11.053/2004, a CELOS goza de isenção tributária, uma vez que não há apuração de lucro/prejuízo, e sim *superávit/déficit*.

4. ATIVO

4.1 DISPONÍVEL

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão representados por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1 - Disponível

	2017	2016
Caixa e Bancos	209.892,71	593.722,89

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de aplicação financeira era de R\$79.237.337,19 e no mesmo período do exercício anterior, encerrou em R\$71.539.789,14. A elevação no saldo de aplicação em 2017 se deu em virtude do rendimento dos recursos aplicados:

Tabela 2 - Aplicações Financeiras

	2017	2016
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	14.138.187,62	12.036.340,27
Aplicações Livres	65.099.149,57	59.503.448,87
Total	79.237.337,19	71.539.789,14

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

a) Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

De acordo com a Resolução Normativa ANS n.º 392 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, as operadoras devem manter ativos garantidores em contas vinculadas à ANS, para lastrear a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA e a parcela da Provisão para Eventos a Liquidar – PEL referente aos eventos avisados há mais de 60 dias, porém para a parcela da Provisão para Eventos a Liquidar – PEL, referente aos eventos avisados em até 60 dias, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores na ANS. Contudo, a operadora deverá manter recursos financeiros (vinculados e não bloqueados) para cobertura da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA e de toda a Provisão para Eventos a Liquidar – PEL.

Desta forma, a Entidade constituiu ativos garantidores, aplicados financeiramente, vinculados ao Banco do Brasil para lastrear a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, e recursos financeiros não bloqueados para lastrear a parcela da Provisão para Eventos a Liquidar – PEL, referentes aos eventos avisados em até 60 dias em um Fundo de Renda Fixa do Santander.

Tabela 3 - Aplicações Financeiras - Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

	Rentabilidade	2017	2016
BB RF LP DED 5M ANS	9,69%	12.686.489,99	10.968.220,81
SANT IMAB 5 RF LP	12,74%	1.451.697,63	1.068.119,46
Total		14.138.187,62	12.036.340,27

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

b) Aplicações Livres

Recursos aplicados de acordo com a Política de Investimentos do Plano Assistencial em títulos e valores mobiliários Privados e Públicos, classificados como Renda Fixa não vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas. São acrescidos mensalmente ao custo de aquisição os juros, atualizações monetárias e outros rendimentos.

Tabela 4 - Aplicações Financeiras - Aplicações Financeiras - Aplicações Livres

	Rentabilidade	2017	2016
ITAU INST DI 219	9,94%	5.376.982,90	8.380.594,96
B FI REF DI PREMIUM	10,41%	3.310.898,77	3.015.483,89
SANT FICFI IMAB 5 TP	12,42%	2.060.538,51	4.259.732,58
SANT FIC FI ISN RF D	0,03%	6.185.993,89	-
LFT	10,22%	42.606.891,82	38.675.014,11
NTN-B	7,49%	5.557.843,68	5.172.623,33
Total		65.099.149,57	59.503.448,87

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

As aplicações financeiras com liquidez imediata são avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.3 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Contraprestações Pecuniárias a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se às contribuições a receber dos usuários dos Planos de Saúde da Entidade, conforme segue:

Tabela 5 - Contraprestações Pecuniárias a Receber

	2017	2016
Contraprestações Pecuniárias a Receber	8.764.419,03	7.869.188,87
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(1.306.210,67)	(1.018.315,83)
Total	7.458.208,36	6.850.873,04

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

A composição das contribuições a receber por idade de vencimento está representada da seguinte forma:

Tabela 6 - Idade de Saldos - Contraprestações Pecuniárias a Receber

	2017	2016
A vencer	7.494.684,65	6.870.840,64
Vencidos de 01 a 30 dias	66.821,71	46.764,91
Vencidos de 31 a 60 dias	39.585,30	33.644,30
Vencidos de 61 a 90 dias	31.795,21	31.763,55
Vencidos há mais 90 dias	1.131.532,16	886.175,47
Subtotal	8.764.419,03	7.869.188,87
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(1.306.210,67)	(1.018.315,83)
Total	7.458.208,36	6.850.873,04

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Ressalta-se que, sendo a CELOS uma Operadora de Plano de Saúde na modalidade autogestão, não há Planos individuais, somente Planos Coletivos Empresariais, portanto não existindo produtos nesta modalidade.

b) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados

Como forma de regulação e compartilhamento das despesas sobre os eventos realizados pelos beneficiários, a CELOS trabalha com a cobrança de Coparticipação, levando em consideração o tipo de procedimento e aplicação de percentual indicado no Regulamento de cada Plano.

Tabela 7 - Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis

	2017	2016
Coparticipações Médicas	1.897.239,61	1.669.879,29
Coparticipações Odontológicas	24.019,43	22.279,86
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(150.208,09)	(116.557,07)
Total	1.771.050,95	1.575.602,08

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

A composição das coparticipações a receber por idade de vencimento está representada da seguinte forma:

Tabela 8 - Idade de Saldos - Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis

	2017	2016
A vencer	1.793.324,61	1.587.336,43
Vencidos de 01 a 30 dias	8.792,41	6.258,57
Vencidos de 31 a 60 dias	3.590,72	5.196,24
Vencidos de 61 a 90 dias	4.493,91	2.649,06
Vencidos há mais 90 dias	111.057,39	90.718,85
Subtotal	1.921.259,04	1.692.159,15
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(150.208,09)	(116.557,07)
Total	1.771.050,95	1.575.602,08

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

c) Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores de farmácia, parcelamento de coparticipação, outros parcelamentos e repasse entre os Planos Previdenciários e Assistenciais, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 9 - Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2017	2016
I) Farmácia	412.322,33	361.804,04
II) Parcelamento de Coparticipação	1.417.054,95	1.133.255,27
III) Outros Parcelamentos	18.847,67	9.636,43
IV) CELOS Previdência	9.333,60	15.189,22
V) Outros	3.007,47	103.669,02
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(359.756,82)	(263.575,85)
Total	1.500.809,20	1.359.978,13

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

I) Farmácia: refere-se ao convênio de Farmácia estabelecido no art. 36 do Regulamento do Plano CELOS Saúde, em que o Titular poderá ser reembolsado em 50% do valor da despesa decorrente da aquisição de medicamentos específicos para o tratamento de doenças crônicas, conforme Rol apresentado no referido Regulamento, desde que conste em laudo médico comprobatório, preenchido em formulário padrão da CELOS e aprovado pelo médico auditor.

II) Parcelamento de Coparticipação: refere-se ao parcelamento das coparticipações do Plano CELOS Saúde, implantado em setembro de 2012. O parcelamento é automático e estabelecido a todos os Participantes, cujas coparticipações forem iguais ou excederem R\$200,00. Vale destacar que as despesas de farmácia não entram para efeitos de parcelamento.

III) Outros Parcelamentos: registra-se nesta rubrica parcelamentos de débitos assistenciais existentes que foram renegociados e acordados para o desconto em folha.

IV) CELOS Previdência: nesta rubrica registra-se os repasses, referentes aos valores a receber do Plano CELOS Previdência, a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos. Vários lançamentos em que não é possível identificar diretamente o centro de custo ou que a estrutura administrativa impeça sua divisão são lançados conforme rateios predefinidos no Plano de Gestão Administrativa – PGA, do Plano Previdenciário.

V) Outros: registra-se nesta rubrica valores referente à taxa de inscrição dos Planos. Até 2016 eram registrados também os valores a receber de PCMSO e Acidente de Trabalho da Patrocinadora. A partir de 2017, estão registrados em “Créditos de Operações de Assistência à Saúde não relacionados com Planos de Saúde da Operadora” (ver Nota Explicativa 4.4).

A composição por idade de vencimento está representada da seguinte forma:

Tabela 10 - Idade de Saldos - Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2017	2016
A vencer	1.485.456,49	1.304.440,47
Vencidos de 01 a 30 dias	25.812,14	57.087,08
Vencidos de 31 a 60 dias	10.680,20	10.848,53
Vencidos de 61 a 90 dias	11.374,99	9.731,44
Vencidos há mais 90 dias	327.242,20	241.446,46
Subtotal	1.860.566,02	1.623.553,98
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(359.756,82)	(263.575,85)
Total	1.500.809,20	1.359.978,13

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

4.4 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber de PCMSO e Acidente de Trabalho da Patrocinadora, convênio de reciprocidade e atualização monetária de valores do Plano AMHA:

Tabela 11 - Outros Créditos Não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde

	2017	2016
I) Contas a Receber - PCMSO	54.298,95	-
II) Contas a Receber - Convênio de Reciprocidade	1.074,84	947,19
III) Contas a Receber - Plano AMHA	80.948,79	85.231,99
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(80.945,64)	(84.905,91)
Total	55.376,94	1.273,27

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

I) Contas a Receber – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Acidente de Trabalho: trata-se do programa para a realização de exames e consultas periódicas com foco na atividade laboral desenvolvida pelos empregados da Patrocinadora. Vale destacar que até 2016 eram registrados estes valores no grupo contábil “Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde”.

II) Contas a Receber – Convênio de Reciprocidade: refere-se ao contrato firmado entre a Fundação CESP e a Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, para disponibilização recíproca de suas redes credenciadas aos usuários interessados. Em 2017, R\$977,13 referem-se ao reembolso de despesa e R\$97,71 à taxa de administração.

III) Contas a Receber – Plano AMHA: refere-se ao Plano contratado pela CELOS da Unimed Florianópolis. Vale destacar que o respectivo Plano foi fechado para novos agregados desde novembro de 2009 por determinação da Resolução Normativa ANS n.º 195, de 14 de julho de 2009. Neste Plano, a CELOS era mera contratante dos serviços da Unimed, apenas cobrando e repassando as mensalidades contratadas. Entretanto, nesta rubrica estão contabilizados valores a receber de débitos assistenciais do respectivo Plano.

A composição por idade de vencimento está representada da seguinte forma:

Tabela 12 - Idade de Saldos - Outros Créditos Não Relacionados com Planos

	2017	2016
A vencer	46.999,25	1.920,94
Vencidos de 01 a 30 dias	10.511,11	1.039,90
Vencidos de 31 a 60 dias	899,44	880,64
Vencidos de 61 a 90 dias	941,40	1.161,38
Vencidos há mais 90 dias	76.971,38	81.176,32
Subtotal	136.322,58	86.179,18
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(80.945,64)	(84.905,91)
Total	55.376,94	1.273,27

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

4.5 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Composto por valores tributários a serem recuperados, em virtude de divergências de recolhimento, sendo estas compostas por tributos federais que serão analisados e restituídos no próximo exercício.

Ao término do exercício de 2017, os valores registrados no grupo totalizaram o montante de R\$5.947,93.

4.6 BENS E TÍTULOS A RECEBER

Conta responsável pelo registro dos valores de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber, adiantamentos realizados a funcionários a título de férias e 13º salário, além de Outros Créditos ou Bens a Receber.

Tabela 13 - Bens e Títulos a Receber

	2017	2016
I) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio a Receber	5.738,29	5.200,08
II) Adiantamentos a Funcionários	9.348,14	25.247,07
III) Outros Créditos ou Bens a Receber	99,42	2.403,16
Total	15.185,85	32.850,31

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

I) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber: refere-se aos juros sobre Capital Próprio a receber das cotas na Credelesc.

II) Adiantamento a Funcionários: refere-se ao adiantamento de férias e 13º salário aos empregados da área assistencial.

III) Outros Créditos ou Bens a Receber: Nesta rubrica está registrado o ajuste da taxa de custódia referente a dezembro/2017. Em 2016, nesta rubrica estava contabilizado o bloqueio judicial, referente à penhora automática realizada pela Justiça do Trabalho para a complementação de execução de sentença, Proc. 08056-2009.026.12.00-6, que resultou em bloqueio de recurso do Plano CELOS Saúde.

4.7 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

A CELOS ingressou em ação ordinária cumulada com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito contra o recolhimento de 22,5%, referente ao valor patronal do INSS, relativo aos profissionais autônomos que prestam serviços aos beneficiários dos Planos de Saúde. Há entendimentos jurisprudenciais do STJ e do STF de que não é o tomador do serviço o responsável pelo referido recolhimento.

A ação transita na 2ª Vara Federal em Florianópolis, por meio do Processo nº 5019221-38.2015.404.7200/SC. Os valores devidos de recolhimento estão depositados em juízo e ao término do exercício totalizavam R\$1.046.868,25 e em 2016, totalizavam em R\$442.793,51.

Foi impetrado mandado de segurança com pedido de liminar contra o recolhimento de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis. O objetivo é de questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita. Os valores devidos de recolhimento estão depositados em juízo e, ao término do exercício, totalizavam R\$1.373.529,09 e em 2016, R\$717.454,93.

A CELOS também é parte em ações judiciais dos beneficiários contra os Planos CELOS Saúde e CELOS Saúde Agregados. Ao final de 2017 os valores dos depósitos judiciais relativos às ações contra o Plano CELOS Saúde eram de R\$143.047,87 e de R\$4.318,46 contra o Plano CELOS Agregados. Vale destacar que o acompanhamento dos depósitos e provisionamentos dos processos judiciais cíveis começaram a ser realizados a partir do exercício de 2017.

4.8 IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o imobilizado estava composto da seguinte forma:

Tabela 14 - Imobilizado

Uso Próprio Não Hospitalares/ Odontológicos	Taxa anual de depreciação (%)			2017	2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e Equipamentos	20%	62.016,97	(41.688,78)	20.328,19	20.030,48
Móveis e Utensílios	10%	54.926,42	(53.231,30)	1.695,12	5.685,63
Total		116.943,39	(94.920,08)	22.023,31	25.716,11

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

5. PASSIVO

5.1 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Tabela 15 - Provisões Técnicas de Assistência à Saúde

	2017	2016
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (a)	429.978,12	21.038,57
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais (b)	993.046,11	702.883,48
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (c)	10.980.648,81	9.378.951,94
Total	12.403.673,04	10.102.873,99

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

(a) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS tem por objetivo registrar os valores relativos aos atendimentos realizados aos beneficiários da CELOS na rede pública de saúde, cujos valores devem ser pagos à ANS, em que o registro contábil deve estar em conformidade com o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 5, de 30 de setembro de 2011, art. 2 § 6º.

(b) A Provisão para Eventos a Liquidar – PEL tem por objetivo garantir o pagamento das despesas referentes aos eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, sendo uma obrigação puramente contábil.

(c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA é uma provisão, estimada atuarialmente, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já ocorreram e que não foram registrados contabilmente pela operadora. Assim, para fins desta provisão, o conhecimento do evento passa a ser caracterizado a partir do momento que a operadora o registra contabilmente.

Estas Provisões Técnicas devem ser garantidas por ativos em conformidade ao determinado pela ANS, por meio da Resolução Normativa ANS nº 393, de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que determina os valores mínimos que as operadoras deverão ter em seu caixa para atuar no mercado e garantir o fluxo de pagamento dos serviços prestados pelos credenciados. Em 31 de dezembro de 2017, as garantias financeiras eram constituídas integralmente por aplicações financeiras (**Nota Explicativa nº 4.2 a**).

Os registros das despesas médicas são realizados na data em que o prestador comunica a despesa para a Operadora, em conformidade a Resolução Normativa ANS nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, Resolução Normativa ANS nº 227, de 19 de agosto de 2010 e Resolução Normativa ANS nº 278, de 17 de novembro de 2011.

Demonstra-se o quadro dos valores em aberto das despesas médicas/odontológicas por idade de saldo de vencimento e aviso das contas.

Tabela 16 - Idade de Saldos - Eventos a Liquidar

	2017	2016
A vencer	980.161,03	702.551,76
Vencidos de 01 a 30 dias	-	270,02
Vencidos de 31 a 60 dias	121,18	0,20
Vencidos de 61 a 90 dias	157,27	61,50
Vencidos de 91 a 120 dias	95,48	-
Vencidos há mais de 120 dias	12.511,15	-
Total	993.046,11	702.883,48

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

5.2 DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Contraprestações a Restituir

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a restituir aos beneficiários, originados de valores pagos em duplicidade, depósitos não identificados e valores cobrados indevidamente. A composição destes valores a pagar por idade de vencimento está representada a seguir:

Tabela 17 - Contraprestação Pecuniária a Restituir

	2017	2016
A vencer	207.431,23	51.451,03
Vencidos de 01 a 30 dias	1.791,84	6.562,89
Vencidos de 31 a 60 dias	2.866,62	11.582,76
Vencidos de 61 a 90 dias	638,25	0,35
Vencidos de 91 a 120 dias	677,05	17,42
Vencidos há mais de 120 dias	61.124,60	54.304,12
Total	274.529,59	123.918,57

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

5.3 TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Tabela 18 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	2017	2016
Tributos e Contribuições	76.606,44	92.342,78
Retenções de Imposto e Contribuições	694.478,04	622.423,54
Total	771.084,48	714.766,32

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

a) Tributos e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os tributos e encargos sociais a recolher apresentavam a seguinte composição:

Tabela 19 - Tributos e Contribuições

	2017	2016
Taxa de Saúde Suplementar - TSS	-	1.348,37
Contribuições Previdenciárias	74.093,80	50.056,75
COFINS e PIS/PASEP	-	40.937,66
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	2.512,64	-
Total	76.606,44	92.342,78

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Com a publicação da Lei 12.973/2014, a CELOS passou a partir de janeiro de 2015, a recolher COFINS e PIS/PASEP sobre as contraprestações líquidas e outras receitas com operações de assistência à saúde, não se valendo mais da isenção adquirida no passado.

Na rubrica “Outros Impostos e Contribuições a Recolher” foi registrado o recolhimento do IPTU da nossa unidade administrativa.

b) Retenções de Impostos e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as retenções de impostos e contribuições apresentavam a seguinte composição:

Tabela 20 - Retenções de Imposto e Contribuições

	2017	2016
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários	7.518,21	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Terceiros	202.384,98	183.240,61
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	2,12	9,60
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - CSLL	-	1.186,42
PIS	-	771,18
Contribuições Previdenciárias de Terceiros	12.716,90	7.863,79
Outros	471.855,83	429.351,94
Total	694.478,04	622.423,54

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Na rubrica “Outros” foram registrados os valores de PIS/COFINS/CSLL retidos das cooperativas médicas/odontológicas.

5.4 DÉBITOS DIVERSOS

Registram-se neste grupo contábil os demais valores não classificados nas Operações de Saúde da Operadora. Seguem demonstrações das rubricas contábeis que compõem o grupo – Débitos Diversos:

Tabela 21 - Débitos Diversos

	2017	2016
I) Obrigações com Pessoal	199.768,62	197.753,71
II) Fornecedores	39.462,19	178.637,89
III) Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	91.918,75	367.727,49
IV) Outros Débitos a Pagar	3.568,00	-
Total	334.717,56	744.119,09

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

I) Obrigações com Pessoal: registra-se os valores de obrigações com os empregados tais como: salário, rescisão, pensão alimentícia, auxílio-creche, provisão de férias, 13º salário e demais investimentos realizados com os empregados.

II) Fornecedores: registra-se os valores a pagar aos fornecedores de serviços como auditorias, consultorias e outros.

III) Depósitos de Beneficiários e de Terceiros: nesta rubrica registra-se os repasses, referentes a valores a pagar para o Plano CELOS Previdência a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos. Vários lançamentos em que não é possível identificar diretamente o centro de custo ou que a estrutura administrativa impeça sua divisão são lançados, conforme rateios predefinidos no Plano de Gestão Administrativa – PGA do Plano Previdenciário. A CELOS também efetua o rateio do pagamento dos seus Diretores e Conselheiros.

IV) Outros Débitos a Pagar: são registradas nesta rubrica despesas com taxa SELIC, CETIP e de Custódia.

5.5 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A CELOS é parte envolvida em processos cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Fundação, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Abaixo segue a descrição dos principais processos classificados como *provável* de perda.

a) Processos tributários

A CELOS realiza depósitos judiciais, referentes ao recolhimento de 22,5% do valor patronal do INSS, relativo aos profissionais autônomos que prestam serviços aos beneficiários dos Planos de Saúde, por entender não ser o tomador do serviço o responsável pelo recolhimento, conforme Nota 4.6. Os valores devidos de recolhimento são depositados em juízo e ao término do exercício totalizavam R\$1.046.868,25 e em 2016, totalizavam em R\$442.793,51.

Também está questionado judicialmente o recolhimento de PIS e COFINS, por meio do Processo n.º 5023155-04.2015.404.7200/SC, 4ª Vara Federal em Florianópolis, conforme Nota 4.6. Os valores devidos de recolhimento são depositados em juízo e ao término do exercício totalizavam R\$1.373.529,09 e em 2016, R\$717.454,93.

b) Processos Cíveis

Os processos judiciais cíveis referem-se às ações judiciais dos beneficiários contra os Planos Assistenciais CELOS Saúde e CELOS Agregados, os valores provisionados ao final de 2017 eram de R\$1.322.156,46 e R\$148.817,11,

respectivamente, acrescidos de depósitos judiciais de R\$147.366,33, totalizando R\$1.618.339,90. Ressalta-se que não houve processos judiciais cíveis classificados com risco de perda como *possível e remoto*.

Por fim, vale destacar que o provisionamento dos processos judiciais cíveis começou a ser realizados a partir do exercício de 2017.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

Constituído de acordo com o Estatuto Social, destina-se à manutenção do equilíbrio da Operadora, objetivando cobertura das oscilações de custos. O Patrimônio Social é apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as receitas e despesas da operadora, acrescido da remuneração das aplicações financeiras em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores.

No término do exercício anterior, a CELOS possuía Patrimônio Social equivalente a R\$70.294.127,00, esse valor referia-se ao resultado entre receitas e despesas ao longo de 2016. Neste exercício a apuração do resultado da CELOS elevou seu patrimônio para R\$75.020.854,20, garantindo assim, a Margem de Solvência de nossa operação em conformidade à Resolução Normativa ANS nº 209, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, calculada pela Consultoria Externa Atuarial, em dezembro de 2017, em R\$32.102.634,55.

Vale destacar que a Margem de Solvência é a capacidade da Operadora de Plano de Saúde em honrar todos os compromissos financeiros assumidos, tendo como propósito assegurar a capacidade de cumprir as obrigações para pagar os eventos presentes e futuros, mesmo em condições severamente adversos.

Tabela 22 - Memória de Cálculo - Margem de Solvência

Ref.	Contraprestações - CP	Ref.	Eventos Indenizáveis - EI	Ref.	Eventos Indenizáveis - EI	Ref.	Eventos Indenizáveis - EI
jan/17	8.609.705,24	jan/15	7.241.945,19	jan/16	7.728.493,17	jan/17	7.519.949,33
fev/17	8.605.476,74	fev/15	5.464.240,08	fev/16	6.715.614,73	fev/17	8.602.834,43
mar/17	8.580.927,63	mar/15	5.831.722,49	mar/16	6.924.775,00	mar/17	9.117.552,99
abr/17	8.602.022,22	abr/15	6.384.113,75	abr/16	6.998.291,40	abr/17	8.808.414,39
mai/17	9.087.278,75	mai/15	5.618.445,14	mai/16	7.145.768,07	mai/17	8.387.866,90
jun/17	9.166.462,21	jun/15	6.795.123,17	jun/16	8.828.856,55	jun/17	10.117.361,57
jul/17	9.182.680,21	jul/15	6.700.646,49	jul/16	8.409.964,75	jul/17	9.319.566,34
ago/17	9.177.509,27	ago/15	9.425.446,04	ago/16	7.892.199,58	ago/17	9.470.550,76
set/17	9.173.280,03	set/15	8.262.860,48	set/16	9.163.350,15	set/17	10.570.232,77
out/17	9.189.817,59	out/15	7.269.703,09	out/16	8.374.586,77	out/17	9.589.846,33
nov/17	9.184.103,16	nov/15	7.762.687,04	nov/16	8.722.574,26	nov/17	10.331.581,05
dez/17	9.177.319,07	dez/15	7.883.999,80	dez/16	8.697.246,91	dez/17	9.763.721,32
Média Anual	107.736.582,12						97.280.710,76
20% CPL	21.547.316,42						
33% EIL							32.102.634,55
MARGEM DE SOLVÊNCIA [máx (20% CPL;33% EIL)]							

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

7. RECEITA

7.1 RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) Contraprestações Líquidas

As contraprestações líquidas são valores recebidos ou a receber dos beneficiários e das Patrocinadoras, referentes às operações com planos médico-hospitalares e odontológicos, que são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco.

7.2 TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA OPERADORA

Nesta conta registra-se os tributos incidentes sobre o faturamento das operações com planos de assistência médico-hospitalar e odontológico.

Desta forma, com a publicação da Lei 12.973/2014, a CELOS passou, a partir de janeiro de 2015, a recolher COFINS e PIS/PASEP sobre as contraprestações líquidas e outras receitas com operações de assistência à saúde, não se valendo mais da isenção adquirida no passado.

7.3 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Registra-se neste grupo valores referentes às taxas de inscrições dos Planos Assistenciais da CELOS e a taxa administrativa cobrada dos programas de exames periódicos e admissionais da Patrocinadora, bem como do Programa Reaja.

Vale ressaltar que ocorreram baixas de valores nesta rubrica referente a valores em aberto nos sistemas de Faturamento e Contas a Receber da CELOS, conforme Deliberação DEX 461/2017.

7.4 RECEITAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Registra-se neste grupo as receitas não relacionadas com Planos de Saúde da operadora. Em 2017 e 2016, as receitas auferidas com taxa administrativa por convênios estão contabilizadas neste grupo.

7.5 TRIBUTOS DIRETOS DE OUTRAS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Nesta conta registra-se os tributos incidentes sobre o faturamento das operações com planos de assistência médico-hospitalar e odontológica.

7.6 RECEITAS FINANCEIRAS

A CELOS realiza aplicações financeiras, referentes aos valores vinculados às Provisões Técnicas e aos valores de livre utilização não vinculados. As receitas financeiras no decorrer de 2017 e 2016 se compõem da seguinte forma:

Tabela 23 - Receitas Financeiras

	2017	2016
Receitas de Aplicações Financeiras	8.236.692,04	9.333.621,62
Receitas por Recebimentos em Atraso	1.007.525,11	243.073,80
Outras Receitas Financeiras	3.674.578,98	459,91
Total	12.918.796,13	9.577.155,33

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Na rubrica “Outras Receitas Financeiras” foram registradas as Receitas com Créditos Tributários (**Nota Explicativa nº 8.2a - Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência Médico-Hospitalar**), Receitas com Depósitos Judiciais e Fiscais, Juros sobre Capital Próprio e Receitas Financeiras Diversas.

8. DESPESA

8.1 EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Tabela 24 - Eventos Indenizáveis Líquidos

	2017	2016
Eventos Conhecidos ou Avisados	(109.806.702,50)	(93.789.519,36)
Varição da PEONA	(1.601.696,87)	(1.769.380,98)
Total	(111.408.399,37)	(95.558.900,34)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

a) Eventos Conhecidos ou Avisados

As Despesas Assistenciais denominadas de Eventos Indenizáveis Líquidos registram os valores de todos os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos prestados aos participantes e dependentes de todos os Planos de Saúde da CELOS. A seguir demonstra-se os gastos assistenciais por grupo de classificação, em conformidade com o anexo – capítulo III –, modelo de publicação das notas explicativas, constantes da Resolução Normativa ANS nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores.

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos Empresariais, antes da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111105 – Plano CELOS Saúde.

Tabela 25 - Cobertura Assistencial do Plano CELOS Saúde

	Rede		2017	2016
	Credenciada	Reembolso		
Consultas	(4.529.758,21)	(97.377,97)	(4.627.136,18)	(3.984.677,02)
Exames	(13.390.450,15)	(28.714,21)	(13.419.164,36)	(10.838.103,31)
Terapias	(10.466.523,41)	-	(10.466.523,41)	(8.131.241,35)
Internações	(40.511.067,27)	(296.916,45)	(40.807.983,72)	(35.822.117,15)
Outros	(9.453.431,81)	-	(9.453.431,81)	(8.418.595,92)
Demais	(1.108.223,65)	(1.124.205,97)	(2.232.429,62)	(2.147.986,31)
Total	(79.459.454,50)	(1.547.214,60)	(81.006.669,10)	(69.342.721,06)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos Empresariais, antes da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41112105 – Plano CELOS Saúde.

Tabela 26 - Cobertura Assistencial do Plano CELOS Saúde

	Rede		2017	2016
	Credenciada	Reembolso		
Procedimentos Odontológicos	(10.338.500,28)	(927.759,71)	(11.266.259,99)	(9.633.490,14)
Total	(10.338.500,28)	(927.759,71)	(11.266.259,99)	9.633.490,14

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos Empresariais, depois da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111106 – Plano CELOS Saúde Agregados.

Tabela 27 - Cobertura Assistencial do Plano CELOS Saúde Agregados

	Rede		2017	2016
	Credenciada			
Consultas	(1.274.758,14)		(1.274.758,14)	(1.116.628,16)
Exames	(2.787.733,70)		(2.787.733,70)	(2.295.767,60)
Terapias	(1.237.864,10)		(1.237.864,10)	(1.247.096,17)
Internações	(8.862.896,38)		(8.862.896,38)	(8.055.361,34)
Outros	(1.682.957,34)		(1.682.957,34)	(1.613.699,82)
Demais	(27.849,41)		(27.849,41)	(44.868,73)
Total	(15.874.059,07)		(15.874.059,07)	14.373.421,82

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos Empresariais, depois da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41112106 – Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico.

Tabela 28 - Cobertura Assistencial do Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico

	Rede		2017	2016
	Credenciada			
Procedimentos Odontológicos	(481.274,33)		(481.274,33)	(235.087,03)
Total	(481.274,33)		(481.274,33)	(235.087,03)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Vale destacar que neste grupo também foram registradas as despesas com Ressarcimento ao SUS.

Tabela 29 - Sistema Único de Saúde - SUS

	2017	2016
Sistema Único de Saúde - SUS	(1.178.440,01)	(204.799,31)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

b) Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados

Registra-se os valores de variação da Provisão dos Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA de assistência médico-hospitalar e odontológica, calculados de acordo com a Resolução Normativa ANS n.º 209, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

Tabela 30 - Variação da PEONA

	2017	2016
Variação - PEONA	(1.601.696,87)	(1.769.380,98)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

No que se refere à Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, até dezembro de 2015, para cálculo da provisão com base na metodologia estabelecida pela ANS, era considerado apenas os eventos indenizáveis, referentes à cobertura médico-hospitalar, conforme previsto no artigo 16-B da Resolução Normativa ANS n.º 209, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores. Todavia, desde janeiro de 2016, considerando a publicação da Resolução Normativa ANS n.º 393, de 09 de dezembro de 2015, a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA deve ser calculada considerando os eventos indenizáveis médico-hospitalares e odontológicos. Dessa forma, o aumento observado em 2016 pode ser explicado pela inserção das despesas odontológicas na base de cálculo da ANS.

8.2 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Responsável pelo registro das despesas assistenciais vinculadas e não vinculadas aos Planos ofertados pela CELOS.

a) Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

Registra-se os gastos com outras despesas operacionais de Planos de Assistência à saúde médico-hospitalar e odontológica, Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência Médico-Hospitalar Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos, e Doenças e Provisão para Perda Sobre Créditos – PPSC.

Tabela 31 - Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

	2017	2016
I) Outras Despesas de Operações de planos de Assistência Médico-Hospitalar	(2.270.168,80)	(223.617,81)
Confecção de Carteiras/Livro de Credenciamento	(3.610,18)	(7.305,41)
Despesas com Encargos Sociais	(572.835,69)	(43.211,70)
Reclamações Judiciais por Danos Morais - Beneficiários de Planos de Saúde	(1.632.045,63)	(16.682,79)
Despesa de Exercícios Anteriores	(49.677,30)	(54.910,93)
Outras	(12.000,00)	(101.506,98)
II) Outras Despesas de Operações de planos de Assistência Odontológica	(291,11)	(367.881,69)
Confecção de Carteiras/Livro de Credenciamento	(104,62)	(235,22)
Despesas com Encargos Sociais	-	(363.117,97)
Despesa de Exercícios Anteriores	(186,49)	(4.528,50)
III) Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(1.782.165,75)	(1.454.254,86)
IV) (-) Recuperação de Outras Despesas Operac. de Assist. Médico-Hospitalar	7.453.921,50	-
V) Provisão para Perda Sobre Créditos	(413.766,56)	(431.713,06)
Total	(2.987.529,28)	(2.477.467,42)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

I) Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência Médico-Hospitalar:

- Confecção de Carteiras/Livro de Credenciamento: registra-se todas as despesas com impressão de carteirinhas do Plano CELOS Saúde e CELOS Saúde Agregados, representado no exercício de 2017, pelo o montante de R\$3.610,18, contra R\$7.305,41 do exercício de 2016.

- Despesas com Encargos Sociais: registra-se o recolhimento de 22,5%, referente ao valor patronal do INSS, relativo aos profissionais autônomos que prestam serviços de assistência à saúde médico-hospitalar aos beneficiários.

- Reclamações Judiciais por Danos Morais: registra-se neste grupo os processos judiciais vinculados às questões assistenciais, com probabilidade *provável* de perda em atenção ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, adotado pela ANS em sua Resolução Normativa ANS n.º 290, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

- Despesa de Exercícios Anteriores: refere-se à baixa de débitos assistenciais médico-hospitalares registrados nos sistemas de Faturamento e Contas a Receber da CELOS, conforme Deliberação DEX 461/2017.

- Outras: o registro em 2017 refere-se à multa ANS, Processo nº 33.902.471323/2016-45, no valor de R\$12.000,00. Em 2016, foram registradas nesta rubrica despesas relacionadas à campanha de vacinação da H1N1, realizada nos meses de maio e junho de 2016, no montante de R\$33.329,48, como também a Notificação ANS GEFIN001075/2016, Processo nº 33902550515/2016-17, no valor de R\$1.517,50 e a multa ANS Infração nº 11188/2016 de 11/08/2016, Processo nº 25782.004685/2016-18, no valor de R\$66.660,00.

II) Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência Odontológica:

- Confecção de Carteiras/Livro de Credenciamento: registra-se todas as despesas com impressão de carteirinhas do Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico, representado no exercício de 2017, pelo o montante de R\$104,62, contra R\$235,22 do exercício de 2016.

- Despesas com Encargos Sociais: registra-se o recolhimento de 22,5%, referente ao valor patronal do INSS, relativo aos profissionais autônomos que prestam serviços de assistência à saúde odontológica aos beneficiários. Vale destacar que em 2017 os valores desta rubrica estão registrados no grupo contábil “Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência Médico-Hospitalar”.

- Despesa de Exercícios Anteriores: refere-se à baixa de débitos assistenciais odontológicos registrados nos sistemas de Faturamento e Contas a Receber da CELOS, conforme Deliberação DEX 461/2017.

III) Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças: refere-se às despesas com a atenção preventiva a saúde, sendo estas despesas relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, por meio de ações desenvolvidas com foco na atividade laboral diária.

IV)(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência Médico-Hospitalar: em 20 de janeiro de 2017 a CELOS recebeu o valor de R\$11.050.423,47, referente ao processo administrativo de recuperação de valores recolhidos ao INSS, a título de 15% sobre as faturas de cooperativas de trabalho, recolhidos a maior no período de 2010 a 2014.

O processo de restituição (PER/DCOMP) foi iniciado em 2014, todavia, devido à incerteza existente quanto ao efetivo recebimento desses valores, a Fundação não havia efetuado o reconhecimento contábil desse crédito, contabilizando o

referido valor somente em janeiro de 2017, quando obteve a confirmação por parte da Receita Federal de que o valor seria recebido.

Ressalta-se que o registro contábil desse fato foi realizado da seguinte forma:

Tabela 32 - Recuperação de Valores Recolhidos ao INSS

	Grupo Contábil	2017
Receitas com Créditos Tributários	Receita	3.596.501,97
Recuperação de Outras Despesas Operac. de Assist. Médico-Hospitalar	Despesa	7.453.921,50
Total		11.050.423,47

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

V) Provisão para Perda Sobre Créditos: é constituída para suprir potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

b) Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora

Registra-se neste grupo, valores referentes às despesas com programas de exames periódicos e admissionais das Patrocinadoras, bem como do Programa Reaja e a campanha de vacinação da H1N1, realizada nos meses de maio e junho de 2017.

8.3 DESPESAS FINANCEIRAS

Registra-se as despesas decorrentes de aplicações em Títulos de Renda Fixa Públicos e em Títulos de Renda Variável, bem como outras despesas financeiras.

Tabela 33 - Despesas Financeiras

	2017	2016
Despesas com Aplicações Financeiras	(46.002,62)	(35.000,98)
Outras Despesas Financeiras	(42.653,69)	-
Total	(88.656,31)	(35.000,98)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

São registradas na rubrica “Despesas com Aplicações Financeiras”, despesas com taxa SELIC, CETIP e de Custódia. Já na rubrica “Outras Despesas Financeiras”, foram realizadas baixas de débitos referentes à correção monetária nos sistemas de Faturamento e Contas a Receber da CELOS, conforme Deliberação DEX 461/2017.

8.4 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Registram-se as despesas que a Operadora realizada para gerir os Planos de Saúde com Pessoal Próprio, Serviços de Terceiros, Localização e Funcionamento, Tributos e Diversas.

Tabela 34 - Despesas Administrativas

	2017	2016
Pessoal Próprio	(3.219.164,67)	(2.871.800,65)
Serviços de Terceiros	(2.665.429,87)	(1.166.208,18)
Localização e Funcionamento	(380.120,21)	(401.239,18)
Tributos	(488.621,52)	(414.583,35)
Diversas (a)	(264.297,81)	(454.330,78)
Total	(7.017.634,08)	(5.308.162,14)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

(a) Despesa – Diversas: o saldo desta rubrica em 2017 é formado por despesas judiciais R\$10.295,37, taxas bancárias R\$249.648,25 e despesas com publicações R\$4.354,19. Já em 2016, foram registradas despesas judiciais no montante de R\$207.296,63, taxas bancárias em R\$ 245.739,15 e despesas com publicações em R\$1.295,00.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A Entidade realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de remunerar as reservas garantidoras pertencentes aos Planos de Assistência à Saúde, operacionalizados pela CELOS, de acordo com a Política de Investimentos dedicada ao Plano Assistencial e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se:

- Risco jurídico ou legal: associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, que resultam tanto de ações de Órgãos de Fiscalização, supervisão e controle, quanto de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. A mitigação desse risco ocorre por meio do treinamento adequado da equipe da área assistencial no atendimento das demandas dos beneficiários, respeitando a legislação e os normativos dos Órgãos de Regulação da Saúde Suplementar. Também contribuem na mitigação desse risco a contratação de consultorias externas na área atuarial e jurídica, contribuindo na manutenção atualizada dos requisitos de atendimento aos beneficiários e na defesa de eventuais questionamentos apresentados nas esferas administrativa e judicial.

- Risco de crédito: o risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados a seus clientes é atenuado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento de salário, conforme convênio firmado com a Patrocinadora, e de benefícios. Também é atenuante desse risco a interrupção do atendimento aos beneficiários dos Planos de Saúde após determinado o período de inadimplência e a possibilidade da execução judicial do crédito.

- Risco de mercado: associado às suas aplicações financeiras, esse risco é atenuado pela restrição de operações com instituições financeiras que não sejam consideradas de primeira linha pelo mercado, também pela concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento, e da existência de limites de concentração de recursos e orientações dadas pela Política de Investimento.

Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os investimentos são custodiados junto ao Banco Bradesco S.A., o qual possui Manual de Precificação específico. Uma consultoria externa presta auxílio no monitoramento dos investimentos e enquadramento legal. Internamente, a área de *Compliance* monitora diariamente os investimentos certificando-se da sua conformidade e o Conselho Fiscal da Entidade realiza o acompanhamento dos Investimentos dos Planos.

Além disso, as aplicações financeiras devem respeitar a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, que disciplina as aplicações dos recursos pertencentes aos Planos de Assistência à Saúde, sendo que os limites e critérios apresentados estão fundamentados na Resolução Normativa ANS nº 392, de 09 de dezembro de 2015, e nas demais normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Adicionalmente, há a necessidade de observância da Resolução Normativa CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015 e atualizações, que dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos investimentos, relacionados aos Planos Assistenciais.

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras estavam distribuídas em seis fundos de investimentos e títulos públicos, ambas alocadas na carteira própria. A composição da carteira própria observa todas as diretrizes estabelecidas pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e CMN (Conselho Monetário Nacional), como aplicação em Fundo de Investimento dedicado a ANS. Os Fundos de Investimentos possuem alta liquidez e investem preferencialmente, em títulos livres de risco. A alocação em títulos públicos é preponderante em LFT, além de aplicação em menor percentual em NTN-B. Essa estrutura viabiliza, por meio da compra de quotas de Fundos de Investimento e aplicação direta em títulos públicos, o cumprimento da Política de Investimento adotada pela Entidade, que busca uma rentabilidade próxima à variação do CDI.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que as Operadoras de Plano de Saúde apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto. Nestes casos, a legislação vigente determina à Entidade que apresente a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto, com destaque para a conciliação do resultado líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Tabela 35 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	2017	2016
Resultado Líquido	4.726.727,20	5.976.532,06
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	2.022.069,25	2.208.606,92
Resultado Líquido Ajustado	6.748.796,45	8.185.138,98
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(10.504.832,24)	(9.303.120,30)
(Diminuição) Aumento em Passivos Operacionais	3.375.118,63	1.524.077,06
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(380.917,16)	406.095,74

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

11. PARTES RELACIONADAS

Conforme CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

a) Remuneração dos Administradores e Conselheiros – Pessoal Chave da Administração

Em conformidade com Estatuto Social, versão 6, vigente desde 17/09/2015, o quadro abaixo demonstra as remunerações pagas pela instância assistencial aos membros dos Órgãos Estatutários:

Tabela 36 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros

	2017	2016
Remuneração Diretoria Executiva	(416.003,64)	(281.296,10)
Remuneração Conselho Deliberativo	(79.240,32)	(73.638,72)
Remuneração Conselho Fiscal	(52.826,88)	(49.092,36)
Total	(548.070,84)	(404.027,18)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS Saúde 2017

Ademir Zanella
Presidente
CPF n.º 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n.º 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF n.º 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF n.º 070.535.319-29



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Conselheiros e aos Diretores da
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out””. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve-out”

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras “carve-out” que descreve a sua base de preparação incluindo os critérios utilizados para rateio de alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser



necessariamente um indicativo da *performance* financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade. A demonstração financeira “carve-out” foi elaborada para atender à necessidade da ANS. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informações dos Administradores da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS e da ANS e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a CELOS e a ANS.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras “carve-out” e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras “carve-out” não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras “carve-out” ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PLANOS DE SAÚDE/ASSISTENCIAIS – REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Em conformidade com o inciso I do Art.32 do Estatuto Social da Fundação CELESC de Seguridade Social - CELOS e consoante ao que estabelece as Normas Contábeis emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, este Conselho apreciou as Demonstrações Financeiras de 2017 dos Planos de Saúde/Assistenciais, Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstrac o do Resultado do Exercício e Demonstrac o do Fluxo de Caixa pelo Modo Direto, consubstanciado pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa KPMG Auditores Independentes. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstra es refletem a situa o patrimonial e financeira dos Planos de Saúde/Assistenciais da CELOS.

Florianópolis/SC, 13 de março de 2018.

Paulo Roberto Xavier de Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal

Geraldo Prus
Membro do Conselho Fiscal

João Batista Fernandes
Membro do Conselho Fiscal

José Braulino St helin
Membro do Conselho Fiscal

(Ata COF 03/2018)



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ASSISTENCIAIS

O Conselho Deliberativo da Fundação CELESC de Seguridade Social – CELOS, em cumprimento às atribuições que lhe confere o inciso XIII do Artigo 27 do Estatuto Social, reuniu-se, extraordinariamente, em 20 de março de 2018, para examinar as Demonstrações Financeiras dos Planos Assistenciais relativas ao exercício de 2017, apresentadas pela Diretoria Executiva.

Após o exame da documentação e aprovação da Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo, embasado no pronunciamento favorável da KPMG Auditores Independentes, de 28.02.2018, e no parecer do Conselho Fiscal, de 13.03.2018, aprovou, por unanimidade, os documentos apresentados, os quais devem ser divulgados na forma da legislação vigente.

Florianópolis, 20 de março de 2018.

Fábio Valentim da Silva
Presidente do Conselho Deliberativo

Edalício Cruz dos Anjos
Membro do Conselho Deliberativo

Jair Maurino Fonseca
Membro do Conselho Deliberativo

Fernando Hidalgo Molina
Membro do Conselho Deliberativo

Felipe Rafael Klering Braga
Membro do Conselho Deliberativo

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Membro do Conselho Deliberativo

(Ata COD 07/2018)